

AO EXPEDIENTE
Em 17 / 09 / 2019

VISTO



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa
Deputado Estadual Caio Roberto



PROJETO DE LEI Nº 956 2019.

**INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA, A
SER DESENVOLVIDA NAS ESCOLAS
TÉCNICAS E DE NÍVEL MÉDIO NO
ESTADO DA PARAÍBA.**

Art.1º Fica instituída a Política Estadual de Educação Empreendedora, a ser desenvolvida no âmbito das escolas técnicas e das escolas de nível médio do Estado da Paraíba.

§ 1º - Entende-se por empreendedorismo o aprendizado pessoal que, impulsionado pela motivação, criatividade e iniciativa, capacita para a descoberta vocacional, a percepção de oportunidade e a construção de um projeto de vida.

§ 2º - Entende-se por cultura empreendedora nas instituições de ensino como a internalização de comportamento e atitude empreendedoras de alunos e professores para que se tornem responsáveis pelo seu próprio futuro e das comunidades em que vivem.

§ 3º - Entende-se por prática empreendedora, iniciativas ou experiências educacionais que acontecem dentro e fora da sala de aula e que tem como objetivo inspirar e proporcionar oportunidades para os estudantes se envolverem com o empreendedorismo, como disciplinas, técnicas de ensino, materiais didáticos, pesquisas, projetos interdisciplinares, eventos culturais, feiras, programas de tutoria e mentoria.



§ 4º - Entende-se por cultura empreendedora nas instituições de ensino como a internalização de comportamento e atitude empreendedoras de alunos e professores para que se tornem responsáveis pelo seu próprio futuro e das comunidades em que vivem.

Art.2º A política de que trata esta Lei tem como objetivos:

- I** - estimular o desenvolvimento do Estado como um todo, bem como o desenvolvimento local;
- II** - contribuir para a formação da base tecnológica;
- III** - fomentar a atividade econômica;
- IV** - apoiar a criação e gestão de pequenas empresas;
- V** - desenvolver as competências empreendedoras nos alunos.



Art.3º A implementação e execução da Política Estadual de Educação Empreendedora terão como diretrizes:

- I** - criar incubadoras empresariais dentro das escolas integradas;
- II** - capacitar o corpo docente das escolas mencionadas;
- III** - estimular a implantação de práticas educacionais que congreguem a comunidade escolar e a inovação nas práticas educacionais e nos projetos que explorem ideias de negócios;
- IV** - estimular a realização de pesquisas, experimentos e atividades que visem ao aprimoramento de ideias, à concretização e ao efetivo funcionamento dos negócios implementados;
- V** - promover a entrada no mercado de novos produtos e serviços;
- VI** - realizar convênios e acordos de cooperação técnica com órgãos e instituições oficiais e privadas, visando estabelecer parcerias e ações integradas para o desenvolvimento.
- VII** - ampliar, promover e disseminar a educação empreendedora nas instituições de ensino por meio da

A handwritten signature in blue ink, located at the bottom right of the page.

oferta de conteúdos de empreendedorismo nos currículos, objetivando a consolidação da cultura empreendedora na educação;

VIII - desenvolver características comportamentais empreendedoras, como autonomia e protagonismo.

Art.4º Caberá à Secretaria de Educação e a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba o detalhamento dos conteúdos e a regulamentação da Política Estadual de Educação Empreendedora, prevendo inclusão de conteúdos e atividades que promovam a cultura empreendedora no projeto pedagógico e no plano escolar, para a realização de práticas empreendedoras no processo de ensino e aprendizagem, conforme diretrizes dessa legislação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo compreende ações de caráter curricular ou extracurricular voltadas aos estudantes de escolas técnicas e das escolas de nível médio do Estado.

Art.5º As escolas técnicas e de nível médio do Estado deverão inserir em seus calendários anuais, eventos e atividades voltadas para a educação empreendedora, envolvendo a família e instituições que atuam na área.

Parágrafo único. Referida ação contará como atividade extracurricular no intuito de educar, agregar e fixar conhecimentos, influenciando desta forma, outros aprendizados que não estão incluídos na grade curricular.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O empreendedorismo é um dos fatores de transformação de uma cidade, estado ou país. Nesse cenário, os agentes de ensino são estratégicos para disseminar a cultura empreendedora, o ensino do empreendedorismo contribui para dispersar o potencial empreendedor e criativo de estudantes, para que possam dispor das suas competências empreendedoras.



Com este projeto pretendemos estimular o desenvolvimento econômico e social do Estado como um todo, bem como o desenvolvimento local, contribuindo para a formação da base tecnológica e para a prestação de assistência e suporte na criação e gestão de pequenas empresas. Visamos aqui disseminar a cultura empreendedora nas instituições de ensino e proporcionar condições necessárias para sua realização.

Sem dúvida, promovendo o estímulo empreendedor em nossos jovens, todos ganham: o jovem, que se capacita para o mercado de trabalho, visando desenvolver atividades voltadas ao seu próprio negócio, preparando-se para enfrentar com maior segurança as incertezas do futuro; e o Estado, que será contemplado com o crescimento de emprego e renda, quando da implementação desses novos negócios oriundos da Política Estadual de Educação Empreendedora.

A iniciativa encontra-se albergada no **art. 24, IX da Carta Federal** que confere à União e aos Estados, competência concorrente para legislar sobre a matéria, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:


IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

Logo, desenvolver nas escolas técnicas e de nível médio do nosso Estado uma política voltada ao empreendedorismo é o que pretendo com a presente proposição.

Em face da importância da matéria, contamos com o apoio dos nobres colegas para aprovação deste Projeto de Lei.

João Pessoa, de Setembro de 2019.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA



Caio Figueiredo Roberto
Deputado Estadual

